

INCINERAÇÃO – CO-INCINERAÇÃO, Conversa de Café

João de Quinhones Levy (*)

Quando menos se esperava, a discussão em torno do destino a dar aos resíduos sólidos, domésticos e industriais, tornou-se um dos temas desta campanha eleitoral. Contudo, decorridos mais de 20 anos sobre as primeiras discussões sobre os tipos de tratamento a adoptar, a discussão não evoluiu nem um pouco, situando-se, mais uma vez, ao nível de conversa de café.

São atirados para a praça pública argumentos não consubstanciados em qualquer experiência mas tão somente no ouvi dizer, ou numa qualquer revista pseudo-científica. A generalidade dos intervenientes nas discussões nunca projectaram, construíram ou operaram estações de tratamento, nunca estiveram à frente de serviços de remoção, nem nunca fizeram eles próprios análises laboratoriais que confirmem as suas observações, quase sempre bombásticas e alvo de muitos minutos nos canais das televisões sensacionalistas. É característica uma das frases destes muitos analistas de café “não sei nada disso, mas eu acho que...” e a partir daqui tecem as suas opiniões não admitindo oposição.

Tendo assistido nos jornais e televisão do final do ano a mais um início deste debate de café, não resisto a situar o leitor perante a realidade do problema dos resíduos, no sentido do seu esclarecimento.

(*) Presidente da AEPSA

Professor no I.S.T

Começando pelos resíduos sólidos urbanos (RSU), é de referir que apesar de todas as campanhas de sensibilização junto das populações, a quantidade de RSU produzidos diariamente por cada habitante passou em Portugal de 700 g em 1980, para 1,3 Kg, isto é, por ano, cada habitante produz cerca de 470 Kg, em termos de volume, quase 3 m³. Considerando que Portugal tem 10 milhões de habitantes, produzimos 30 milhões de metros cúbicos por ano. Em termos de campos de futebol, podemos encher 3 000 campos, com 1 metro de altura. Estes números mostram bem a importância do problema.

Quanto à composição dos resíduos, em termos médios, 40% são matéria orgânica, 40% materiais recicláveis e 20% diversos.

A política dos 3 R: reciclar, reutilizar, reduzir tem sido defendida, muitas vezes, de uma forma messiânica, como se fosse suficiente para tudo resolver. Quanto à redução, os números mostram que tem sido um falhanço. Quanto à reciclagem e reutilização é bom notar que a Comunidade Europeia aponta como objectivo, atingir os 50%. Em Portugal devíamos estar agora nos 25%, estamos muito longe, 4% em concelhos onde a recolha de recicláveis é feita por ecopontos e em 8 a 10% nos concelhos onde é feita no sistema porta a porta. Mesmo que se atinjam os objectivos mais optimistas da Comunidade, estaremos a eliminar da cadeia de tratamento apenas 20% dos RSU produzidos.

Falemos agora dos 80% que são conduzidos a tratamento. Como sistemas de tratamento encontramos a valorização orgânica, na forma de compostagem ou de digestão anaeróbia, a valorização energética, vulgo incineração, e os aterros sanitários.

A recente discussão e o imediato extremar de posições que se verificaram no sistema da ERSUC, mostraram que nada mudou nos últimos anos. Assim, enquanto a ERSUC defende a incineração, associações ambientalistas e o Ministro do Ambiente defendem o tratamento “mecânico-biológico” (novo nome para a compostagem), o Primeiro Ministro defende primeiro a empresa e depois o ministro, as autarquias envolvidas estão umas contra as outras e, finalmente, a comunicação social sem perceber como pode ser importante o seu papel como esclarecedora das populações, cria um novo caso sensacionalista.

Esta discussão “mais uma vez de café”, secundarizou as questões técnicas tratando o tema como se de uma novela fosse. No sentido de mostrar a irresponsabilidade da forma como se discutiu, analiso, seguidamente, os vários tratamentos. Começando pelos aterros sanitários há que ter presente que estes não são propriamente um tratamento devido ao elevado tempo necessário para decompôr os resíduos, mas sim um local de confinamento técnico, preparado de forma a não contaminar o ambiente. Num aterro, a densidade dos resíduos é de cerca de 800 g l⁻¹, isto é, a cada habitante corresponde 1,6 litro por dia, cerca de 600 l por ano. Se tratássemos todos os RSU do País com aterros sanitários precisaríamos por ano de 5 milhões de metros quadrados com 1 metro de altura de resíduos, mesmo com a reciclagem em pleno. É por esta razão que em grandes núcleos urbanos se procuram outras soluções, como sejam a compostagem ou a incineração.

Existem em Portugal diversos exemplos de estações de compostagem, uns melhores e outros piores. O seu objectivo prioritário é o de eliminarem os resíduos. Como resultado do tratamento resulta um composto que pode ser usado como fertilizante. Analisando as quantidades entradas nas compostagens do País, verifica-se que o composto é cerca de 15 a 20% do produto entrado na estação, ou seja, descontando os 10% de vapor de água, o refugo, aquilo que terá que ir para aterro, é 70 – 75% dos resíduos conduzidos à compostagem. Mesmo considerando a fracção reciclada, 20% do total, tal significa que ao adoptar-se a compostagem ter-se-à que encaminhar para aterro cerca de 60% dos resíduos produzidos em nossas casas. Estes são os números reais verificados no País que fizeram com que os aterros que apoiavam a compostagem de Trajouce, ou a antiga compostagem de Lisboa, tivessem metade da vida útil esperada.

A solução incineração tem sido fonte de todas as acusações, é politicamente incorrecta mas será tecnicamente? Seria interessante rever as discussões e as afirmações que foram feitas aquando da construção das incineradoras da LIPOR (Porto) e da VALORSUL (Lisboa) e confrontá-las com o seu funcionamento. As incineradoras funcionam pela queima de RSU, graças ao seu poder calorífico, produzindo cinzas e escórias. O seu principal problema são os gases que lançam para a atmosfera e, por essa razão, há que instalar filtros, lavar e

neutralizar os gases e ter chaminés de elevada altura. Em termos de produto final, obtém-se cerca de 10 a 15% da quantidade entrada. Se existem riscos? Claro que sim, como em qualquer tratamento se não se seguirem as boas práticas do projecto e da construção e se o seu funcionamento não for controlado pelas populações, pelas Associações e pelas entidades fiscalizadoras. Mas também existem riscos se não se construírem estações e se despejarem os resíduos em qualquer buraco, ou se não se impermeabilizarem os aterros, ou se não se corrigir o composto e se lançar na terra um produto carregado de amoníaco.

Contrariamente ao que se possa pensar, estes diversos sistemas de tratamento de RSU não são antagónicos, são complementares. Devemos primeiro privilegiar a reciclagem, reduzindo 20% aos RSU, depois devemos encaminhar para a valorização orgânica, a percentagem orgânica; o refugo e o não entrado deverá ir para a incineração e, só então, o refugo e produtos finais não valorizáveis deverão ir para aterro. É a esta prática que se chama tratamento integrado dos resíduos e é esta que deve ser seguida em Portugal.

Considerando agora os resíduos industriais, o problema é ainda maior porque o País tem perdido anos a discutir, esquecendo que anualmente se produzem 30 milhões de toneladas de resíduos industriais banais (RIB) e 300 000 toneladas de resíduos industriais perigosos (RIP).

A actuação dos sucessivos governos, da Assembleia da República e da Comunicação Social tem sido, neste campo, de uma enorme irresponsabilidade. Primeiro, com o PSD no poder pretendeu-se avançar com a incineração dedicada. A oposição socialista inflamou as populações por forma a que esta solução não fosse avante. Em seguida, foi a vez do governo PS avançar com a co-incineração. Em resposta, o PSD tudo fez para que tal solução não vingasse e aí, até socialistas ajudaram, mostrando bem como a expressão “não no meu quintal” é aplicável. Quanto a esta solução, é de realçar a atitude negativa da Assembleia da República, aprovou uma comissão para estudar, mas depois não gostou da conclusão e fez cair a comissão. Sugiro, a propósito, a leitura do livro escrito por esta Comissão, não o relatório, mas o livro que escreveu após: “Co-incineração, um folhetim para

o noticiário das 8”, é uma peça importante para se compreender a irresponsabilidade de quem devia dar o exemplo.

Finalmente, o novo e curto governo de coligação PSD-PP, tira um coelho da cartola e avança com os CIRVER (Centros Integrados de Reutilização, Valorização e Eliminação de Resíduos Industriais Perigosos). Conclui que já não são precisas as unidades de incineração nem de co-incineração, que CIRVER mais exportação são suficientes. Basta analisar o esquema de tratamento para se verificar que não é assim, haverá bastantes produtos sobrantes que terão de ser tratados. A sua exportação será uma solução? Será que se admite que um País resolva os seus problemas encaminhando os seus resíduos para outros?

Não queira o leitor ler nas minhas palavras que sou contra os CIRVER. Nem contra, nem a favor, porque o assunto é sério demais para se adoptarem posições clubistas. Defendo que o futuro Governo deve avançar com os CIRVER para não atrasar o processo, mas há que ser, desta vez, politicamente correcto ao ser tecnicamente correcto. Sem demagogia, haverá que reconhecer que os CIRVER terão que ser apoiados por aterros de resíduos industriais e por estações, ou de incineração ou de co-incineração.

Tal como para a economia, é preciso que os principais partidos façam um pacto de regime, agora para os resíduos industriais.

Lisboa, 2 de Janeiro de 2005